

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.532.538 - SP (2019/0188493-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : RODOLIVRE TRANSPORTE RODOVIÁRIO LTDA  
**ADVOGADO** : JOSE RIBAMAR DE SOUSA FILHO - CE024136  
**AGRAVADO** : ITAÚ SEGUROS S/A  
**ADVOGADOS** : INALDO BEZERRA SILVA JUNIOR - SP132994  
LUIZ EDUARDO RODRIGUES DE MORAES - SP318711

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por RODOLIVRE TRANSPORTE RODOVIÁRIO LTDA, de decisão de inadmissibilidade de recurso especial com fundamento no art. 105, III, *a*, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do São Paulo, assim ementado (fl. 40):

*CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA - Ausência de documento essencial não verificada Recurso especial que via de regra, não é dotado de efeito suspensivo - Penhora - Nomeação de bem à penhora pelo executado Rejeitada Veículos do ano de 2003 insuficientes à garantia do juízo Execução que é realizada no interesse do credor - Decisão mantida - Recurso não provido.*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a recorrente aponta violação dos arts. 835, 874 e 1.022 do Código de Processo Civil. Sustenta, em síntese, negativa de prestação jurisdicional quanto à falta de apreciação de documento indispensável ao deslinde da controvérsia, conforme previsão do art. 522, II, do CPC. Aduz que os bens ofertados à penhora foram recusados, de ofício, sem que fosse feita avaliação.

Contrarrazões apresentadas.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, não prospera a alegada ofensa ao art. 1.022, II, do Código de Processo Civil, tendo em vista que o v. acórdão recorrido adotou fundamentação suficiente, decidindo integralmente a controvérsia. Sobre as omissões apontadas, essenciais ao deslinde da controvérsia, o TJSP consignou o que se segue:

*Diferente do aduzido pela embargante, o v. acórdão não é omissivo, porquanto se mostrou incontroverso, por parte do banco exequente, a rejeição do bem dado em garantia ao juízo.*

*Ademais, o cumprimento de sentença foi bem instruído, não havendo que se falar em ausência de documento indispensável, mormente se considerado que o recurso especial, em regra, não é dotado de efeito suspensivo. Expressa o v. acórdão embargado:*

*"Pois bem, em que pesem as alegações aventadas pela parte, não se vislumbra qualquer óbice ao prosseguimento do cumprimento provisório de sentença.*

*Como cediço, o recurso especial, em regra, não é dotado de efeito suspensivo. Por conseguinte, como bem ponderado pelo r. juízo a quo "não há notícia de decisão proferida na Corte Superior concedendo excepcional efeito ao recurso lá pendente de julgamento".*

*(...) a execução se processo, via de regra, em favor do credor, o qual tem a faculdade de indicar os bens que pretende ver penhorados e também de recusar bens nomeados pelo devedor, nos moldes do art. 829, § 2º, do CPC.*

*Não bastasse, o agravado não demonstrou interesse efetivo sobre os bens móveis, conforme se verifica em suas contrarrazões (...)*

*Nestas condições, sopesando-se o fato de não foi observada a ordem preferencial estabelecida no art. 835 do CPC, e que a execução é realizada no interesse do credor (art. 797 do CPC/2015), de rigor a rejeição da nomeação de bens à penhora efetivada."*

*A embargante se limita a retomar a matéria já discutida no decisum e, apesar de se referir a "omissão", denota mera irresignação com o resultado, pois ausente qualquer vício.*

*Dessa forma, o que se verifica é que a parte visa a dar efeito infringente ao recurso.*

Assim, não sendo observada omissão, contradição ou obscuridade no acórdão, senão julgamento contrário aos interesses do recorrente, não há falar-se em negativa de prestação jurisdicional.

Esclareça-se que não se exige do julgador a análise de todos os argumentos das partes, para fins de convencimento e julgamento. Para tanto, basta o pronunciamento fundamentado acerca dos fatos controvertidos, o que se observa no presente caso, em que os motivos da decisão encontram-se objetivamente fixados nas razões do acórdão recorrido. Nesse sentido:

*PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 1.022 DO CPC. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE,*

**ERRO MATERIAL. AUSÊNCIA.**

**1. Os embargos de declaração, conforme dispõe o art. 1.022 do CPC, destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material existente no julgado, o que não ocorre na hipótese em apreço.**

[...]

**3. O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão.** A prescrição trazida pelo art.

489 do CPC/2015 veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida.

**4. Embargos de declaração rejeitados.**

(EDcl no AgRg nos EREsp 1.483.155/BA, Rel. Ministro OG FERNANDES, **CORTE ESPECIAL**, julgado em 15/06/2016, DJe 03/08/2016 - grifou-se).

Para melhor análise da questão, imperiosa a transcrição dos fundamentos do acórdão estadual para negar provimento ao agravo de instrumento interposto na origem pela empresa recorrente, rejeitando os bens indicados à penhora e determinou o prosseguimento do cumprimento provisório da sentença:

*Trata-se de agravo de instrumento interposto em face da r. decisão de fls. 53/54, complementada às fls. 74 e 82, todas dos autos de origem, proferida em cumprimento de sentença, que rejeitou a impugnação apresentada pela agravante, bem como recusou o bem ofertado para garantia do juízo.*

[...]

*Pretende a agravante a reforma do julgado para que seja extinto o cumprimento provisório de sentença ante a falta de documento indispensável ou, subsidiariamente, para que seja determinada a avaliação do veículo ofertado à penhora, prosseguindo-se conforme o art. 874 do CPC.*

*Pois bem, em que pesem as alegações aventadas pela parte, não se vislumbra qualquer óbice ao prosseguimento do cumprimento provisório de sentença.*

*Como cediço, o recurso especial, em regra, não é dotado de efeito suspensivo. Por conseguinte, como bem ponderado pelo r. juízo a quo "não há notícia de decisão proferida na Corte Superior concedendo excepcional efeito ao recurso lá pendente de julgamento".*

*Compulsando-se os autos, em especial fls. 26/34, verifica-se que*

*foram indicados à penhora dois veículos, ambos CAR/S.REBOQUE/TANQUE, da marca/modelo SR/FACCHINI SRF TA, fabricados em 2003.*

*Destarte, verifica-se que os bens móveis indicados à penhora não são idôneos para garantir a execução, porquanto com o passar do tempo ocorre a depreciação da coisa, além de já serem bens do ano de 2003.*

*Ademais, ainda que fosse bem de fácil comercialização e liquidez, observando-se a ordem preferencial estabelecida no art. 835 do CPC, nada supera a penhora em dinheiro, o qual pode ser prontamente levantada pela parte independentemente de leilões ou outros atos.*

*Outrossim, a execução se processa, via de regra, em favor do credor, o qual tem a faculdade de indicar os bens que pretende ver penhorados e também de recusar bens nomeados pelo devedor, nos moldes do art. 829, §2º, do CPC.*

*Não bastasse, o agravado não demonstrou interesse efetivo sobre os bens móveis, conforme se verifica em suas contrarrazões.*

*E nem se alegue que tal posicionamento afrontaria o princípio do artigo 805 do CPC/2015, tendo a jurisprudência já se manifestado nesse sentido:*

*"IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (...)* Por outro lado, verifica-se que os bens oferecidos pelo agravante não atendem à ordem legal estabelecida no artigo 655, inciso I, do CPC, que dispõe que o dinheiro em espécie tem preferência sobre qualquer outro bem, posicionando-se a jurisprudência deste E. Tribunal no sentido de que, sendo a instituição financeira de grande porte, apta a garantir o juízo em pecúnia, deve o dinheiro, em espécie, ter prevalência sobre os demais bens: (...) Assim, verificando-se inclusive que a penhora de dinheiro em espécie não afronta o princípio da menor onerosidade ao devedor, insculpido no artigo 620 do CPC, dado o porte da instituição financeira agravante, e que a credora não concordou com o oferecimento de outros bens à penhora (fls. 174/175), a r. decisão rebatida deve ser mantida, tal como lançada, neste particular" (Agravado de Instrumento nº 0175095-64.2011.8.26.0000, Rei. Des. Spencer Almeida Ferreira, 38ª Câmara de Direito Privado, julg. 11/04/2012).

*[...]*

*Nestas condições, sopesando-se o fato de não foi observada a ordem preferencial estabelecida no art. 835 do CPC, e que a execução é realizada no interesse do credor (art. 797 do CPC/2015), de rigor a rejeição da nomeação de bens à penhora*

*efetivada.*

*Destarte, de rigor a manutenção da decisão guerreada tal como foi lançada.*

*Isto posto, nega-se provimento ao recurso.*

Rever tal conclusão, para acolher a tese de que os bens indicados à penhora são idôneos, exigiria o reexame do conjunto probatório, providência vedada na instância especial, a teor da Súmula n. 7/STJ. Nesse sentido:

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. PENHORA DE CRÉDITOS. POSSIBILIDADE. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA MENOR ONEROSIDADE. REAVALIAÇÃO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.**

*1. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem incursão no contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7 do STJ.*

*2. No caso concreto, a análise das razões apresentadas pela recorrente quanto ao suposto desrespeito ao princípio da menor onerosidade demandaria o revolvimento de fatos e provas, vedado em recurso especial.*

*3. Agravo interno a que se nega provimento.*

*(AgInt no AREsp n. 1.246.058/SP, Rel. Min. ANTÔNIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 12/6/2018, DJe 19/6/2018.)*

Ademais, o acórdão estadual encontra-se em harmonia com a jurisprudência consolidada neste Sodalício, no sentido de que prevalece o interesse do credor na efetividade da execução. Confira:

**"AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CPC/1973. EXECUÇÃO DE DÉBITO CONDOMINIAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE EXECUÇÃO. DESCABIMENTO. JULGADOS DESTA CORTE. PENHORA. SUBSTITUIÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL POR LOTE SITUADO EM OUTRO MUNICÍPIO. DESCABIMENTO. PRINCÍPIO DA EFETIVIDADE DA EXECUÇÃO. DESINTERESSE DO CREDOR. PRINCÍPIO DA NÃO SURPRESA (ART. 10 DO CPC/2015). INAPLICABILIDADE A FATOS INCONTROVERSOS.**

*1. Controvérsia acerca da pretensão de se substituir a penhora de um imóvel residencial pela penhora de um lote em sede de execução de dívida condominial.*

2. *Descabimento da alegação de excesso de execução em embargos de terceiro. Julgados desta Corte Superior.*

3. *Possibilidade de o credor recusar a substituição da penhora de imóvel residencial localizado na capital por um lote situado em outro município, embora da mesma comarca por não se tratar de bem de maior liquidez ou com precedência na ordem legal das penhoras (art. 655 do CPC/1973).*

4. *Prevalência do interesse do credor na efetividade da execução, ante o princípio da menor onerosidade ao devedor. Julgados desta Corte Superior.*

5. *Inocorrência de surpresa processual na decisão que resolve, com base em fatos incontroversos da demanda, questão julgada pelas instâncias de cognição plena. Inaplicabilidade do art. 10 do CPC/2015.* 6. **AGRAVO INTERNO DESPROVIDO."**

(AgInt no REsp 1456204/PR, Rel. **Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO**, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/10/2017, DJe 06/11/2017 - grifou-se)

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília-DF, 29 de novembro de 2019.

Ministro **RAUL ARAÚJO**  
Relator